

AGRIENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 61.401.697/0001-05 – NIRE 35.300.667.433

ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Data, Hora e Local: 13/05/2025, às 16 horas, sede social. Presença: Totalidade. Mesa: Presidente: Edson Vicente da Silva Filho, Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. Convocação: Dispensada. Ordem do Dia e Deliberações: 1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de Agrigento Empreendimentos e Participações S.A. 2. Aprovar a capital social inicial de R\$ 150,00, representado por 150 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está totalmente integralizado, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos n.ºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Cia, cuja redação consolidada constitui o documento no 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a Agrigento Empreendimentos e Participações S.A. em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 8. Eleger o Sr. Edson Vicente da Silva Filho para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. Gabriela Albuquerque Pace, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e alto contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Cia. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do § 1º da Lei 6404/76. Encerramento: A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. SP, 13/05/2025. Edson Vicente da Silva Filho - Presidente, Gabriela Albuquerque Pace - Secretária. Estatuto Social - Capítulo - I - Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 10 - A Agrigento Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 20 - A sociedade terá por objeto a Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 30 - A Cia tem sede e foro em São Paulo - SP, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º - O jornal de grande circulação que a empresa utilize para publicação de seus atos e documentos é o jornal Data Mercantil, de forma impressa e digital. Artigo 50 - A Cia iniciará suas atividades em 13 de maio de 2025, e seu prazo de duração será indeterminado. Capítulo - II - Do Capital Social e Ações - Artigo 6º - O Capital Social da Cia é de R\$ 150,00, dividido em 150 ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º - Todas as ações da Cia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. § 2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas AGs. § 3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7º - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Cia emitir títulos múltiplos ou cautelares. § Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8º - O montante a ser pago pela Cia a título de reembolso pelas ações devida por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 9º - A Cia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. Capítulo - III - Da Administração - Artigo 10º - A Cia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor - Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela AG, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das RD". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria AG, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º - Em caso de vaga, será convocada a AG para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. § 6º - A remuneração dos Diretores será fixada pela AG, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo

11º - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - Além das demais matérias submetidas à sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Cia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Cia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaborados pelos Diretores para apresentação à AG; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em AG, se for o caso. § 2º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da reunião do dia. § 4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12º - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Cia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela AG, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13º - A Cia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor-Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Cia serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º - Excepcionalmente, a Cia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. Capítulo - IV - AG - Artigo 14º - A AG reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º - A AG poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º - As deliberações da AG, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º - Os acionistas poderão ser representados nas AGs por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 05 dias de antecedência da data marcada para a realização da AG. Capítulo - V - Conselho Fiscal - Artigo 15º - O Conselho Fiscal da Cia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela AG que os eleger. § 2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. Capítulo - VI - Exercício Social e Lucros - Artigo 16º - O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas em vigor, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17º - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º - Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá à 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Cia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela AG. Artigo 18º - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela AG, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Cia. Artigo 19º - A Cia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da AG, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º - Ainda por deliberação da AG, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º - Também, mediante decisão da AG, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Capítulo - VII - Liquidação - Artigo 20º - A Cia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da AG ou nos demais casos previstos em lei. § 1º - A AG que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º - A AG, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Visto do Advogado - Vera Lúcia Lopes Freitas - OAB/SP 113.498. Juceesp - registro NIRE 35.300.667.433 em 23/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Fiorde Securitizadora S.A.
CNPJ/ME nº 49.913.566/0001-01 – NIRE 35.300.623.096

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de novembro de 2023

1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 7 de novembro de 2023, às 10h00, na sede social da Fiorde Securitizadora S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Doutor Teófilo Ribeiro Andrade, nº 229, Sala 8-B, na Cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, CEP 13870-210. 2. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no livro "Presença de Acionistas", e em conformidade com o Parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). 3. **Mesa:** Presidente – Carlos Henrique da Silva Souza; Secretária – Luciana Perinoto Campos de Souza. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a autorização para a realização, pela Companhia, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, para colocação privada. 5. **Deliberações:** Após a discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram: aprovar a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, para colocação privada, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da competente Escritura de Emissão; (i) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), podendo ser diminuído; (ii) **Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única; (iii) **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirográfica, sem qualquer tipo de garantia, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações; (iv) **Forma.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, com a emissão de cautelares ou certificados; (v) **Número da Emissão.** As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia; (vi) **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão; (viii) **Garantias Reais ou Flutuante.** A Emissão não contará com qualquer tipo de garantia, seja ela real, fidejussória ou flutuante; (ix) **Atualização Monetária.** O valor nominal unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária; (x) **Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações; (xi) **Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 8 de novembro de 2023 ("Data de Emissão"); (xii) **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão) ou de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), o prazo de vencimento das Debêntures será de 120 (cento e vinte) meses, contado a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 8 de novembro de 2033 ("Data de Vencimento"); (xiii) **Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.** O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado de uma só vez na Data de Vencimento, de acordo com os termos da Escritura de Emissão; (xiv) **Repactuação.** Não haverá repactuação programada das Debêntures; (xv) **Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; (xvi) **Resgate Antecipado Facultativo.** A Companhia terá a opção de realizar o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, a qualquer tempo, sendo certo que o referido Resgate Antecipado Facultativo será realizado de acordo com as seguintes condições: (a) a Companhia comunicará os debenturistas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data do efetivo resgate antecipado facultativo; (b) a comunicação de resgate antecipado facultativo deverá informar: (i) a data facultativa; e (ii) quaisquer outras informações necessárias, a critério da Companhia, à operacionalização do resgate antecipado facultativo. (xvii) **Resgate Antecipado Compulsório.** As Debêntures serão resgatadas antecipadamente de forma compulsória na ocorrência de declaração do vencimento antecipado das obrigações constantes da Escritura de Emissão; (xviii) **Vencimento Antecipado.** As Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura de Emissão; (xix) **Remuneração.** As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela B3, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, expressa na forma percentual, de 5,00% a.a. (cinco por cento) ao ano; (xx) **Forma de Subscrição e Integralização das Debêntures.** As Debêntures serão subscritas pelos Debenturistas mediante assinatura do respectivo Boletim de Subscrição das Debêntures. As Debêntures serão integralizadas à vista, mediante assinatura do Boletim de Subscrição, em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência eletrônica de recursos financeiros, na conta de titularidade da Emissora indicada no Boletim de Subscrição; (xxi) **Preço de Integralização.** O preço de integralização das Debêntures corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, se a integralização da totalidade das Debêntures ocorrer em uma única data ("Preço de Integralização"). Após a primeira Data de Integralização das Debêntures, o Preço de Integralização das Debêntures corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a efetiva Data de Integralização; (xxii) **Colocação.** As Debêntures serão objeto de colocação privada, exclusivamente, sem a intervenção de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; 6. **Encerramento:** Encerradas as discussões, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, foram encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada e lavrada em livro próprio. Mesa: Carlos Henrique da Silva Souza, presidente; Luciana Perinoto Campos de Souza, secretária. Totalidade de acionistas presentes: Carlos Henrique da Silva Souza e Luciana Perinoto Campos de Souza. Este documento é assinado eletronicamente pelas partes signatárias a seguir identificadas e por duas testemunhas, que o assinam de forma eletrônica por meio da plataforma de assinatura eletrônica denominada ClickSign (www.clicksign.com.br). As partes signatárias, desde já, concordam, aceitam e reconhecem tal meio como válido para comprovar a autenticidade e integridade deste documento em forma eletrônica, nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e das disposições aplicáveis do Código Civil e do Código de Processo Civil, para produzir todos os seus efeitos. Em vista das questões relativas à formalização eletrônica deste instrumento, as partes reconhecem e concordam que, independentemente da data de conclusão das assinaturas eletrônicas, os efeitos do presente instrumento retroagem à data abaixo descrita. **São Paulo, 7 de novembro de 2023. Mesa: Carlos Henrique da Silva Souza** – Presidente; **Luciana Perinoto Campos de Souza** – Secretária. **Acionistas: Carlos Henrique da Silva Souza; Luciana Perinoto Campos de Souza**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 445.606/23-0 em 21/11/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Akaer Engenharia S.A.
CNPJ/ME nº 65.047.250/0001-22 – NIRE 35.300.474.465

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Em 22 de agosto de 2025, às 9 horas, na sede social da Akaer Engenharia S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Eugênio de Mello, CEP 12247-014 ("Companhia"). 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, ficando a Assembleia Geral Extraordinária regularmente instalada, sendo aberto os trabalhos. 3. **Composição da Mesa:** Presidente: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Secretária: Juliana Santos Araújo. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: (i) comunicado sobre o falecimento do Diretor Vice-Presidente de Operações **Fernando Coelho Ferraz**; (ii) renúncia de membros da Diretoria Estatutária; (iii) extinção dos cargos em vacância na Diretoria Estatutária da Companhia. 5. **Deliberações:** Depois de analisada e discutida a matéria constante da ordem do dia, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o que segue: 5.1. Tomaram ciência, com pesar, do falecimento do Diretor Vice-Presidente de Operações **Fernando Coelho Ferraz**, ocorrido em 04/07/2025. Os acionistas prestaram homenagens à memória de Fernando e reconheceram sua contribuição à Companhia. 5.2. Aceitar os pedidos de renúncia de **Aldo da Silva Junior**, CPF nº 065.695.388-88, para o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing, o qual exerceu sua função até 18/08/2025, **Alexandre Bernardo**, CPF nº 162.828.598-24, ao cargo de Diretor de Programas, o qual exerceu sua função até 31/07/2025, **Almir Miguel Borges**, CPF nº 043.462.058-01, ao cargo de Diretor Vice-Presidente Industrial, o qual exerceu sua função até 18/08/2025, **Cassius Moreira Leite**, CPF nº 148.293.708-58, ao cargo de Diretor Funcional de Projeto e Estruturas, o qual exerceu sua função até 05/08/2025, **Joselito Rodrigues Henriques**, CPF nº 252.334.008-98, ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, o qual exerceu sua função até 14/08/2025, **Juliana Freitas Caetano Rezende**, CPF nº 028.512.486-26, ao cargo de Diretora de Recursos Humanos, a qual exerceu sua função até 18/08/2025, e **Lister Guillaumon Pereira da Silva**, CPF nº 289.556.628-31, ao cargo de Diretor de Programas, o qual exerceu sua função até 04/08/2025, agradecendo-os por todo o período que colaboraram com a Companhia. 5.3. Em razão do disposto nos itens 5.1 e 5.2 acima, deliberaram pela extinção dos seguintes cargos da Diretoria Estatutária da Companhia: • Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing; • Diretor Vice-Presidente Industrial; • Diretor Vice-Presidente de Operações; • Diretor Vice-Presidente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; • Diretor de Desenvolvimento de Negócios; • 2 (dois) dos 3(três) cargos de Diretor de Programas, permanecendo vigente apenas 1 (um) cargo com essa atribuição na Diretoria Estatutária da Companhia. • Diretor Executivo de Lançadores, Mísseis e Sistemas de Armas; • Diretor Funcional de Projetos e Estruturas; • Diretora de Recursos Humanos; • Diretor de Relacionamento e Suporte ao Cliente. 5.4. Em decorrência das deliberações acima, a nova composição da Diretoria Estatutária da Companhia, com mandato até a data de realização da próxima Assembleia Geral Ordinária em 2027, passa a ser a seguinte: a) **Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva**, brasileiro, casado, engenheiro naval e civil, inscrito no CPF sob o nº 860.083.078-87, para o cargo de Diretor Presidente e CEO; b) **Alejandro Esteban Villega**, argentino, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 227.490.978-43, para o cargo de Diretor Funcional de Engenharia Aeronáutica; c) **Bibiana Del Monaco Silva Misumi**, brasileira, casada, médica, inscrita no CPF sob o nº 215.688.898-10, para o cargo de Diretora Vice-Presidente de Desenvolvimento Organizacional; d) **Francilio Graciano**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 098.541.408-14, para o cargo de Diretor Executivo de Negócio de Dispositivos de Produção e Mecânica Pesada; e) **Gustavo Dias Ferraz**, brasileiro, casado, engenheiro industrial-mecânico, inscrito no CPF sob o nº 273.215.878-00, para o cargo de Diretor de Programas; Todos os Diretores acima elencados são domiciliados na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Eugênio de Mello, CEP 12247-014. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata, em seguida, foi lida a todos, aprovada e será assinada de forma eletrônica por todos os presentes, sendo que as assinaturas terão efeito retroativo à data desta assembleia. 7. **Assinaturas:** Presidente: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Secretário: Juliana Santos Araújo. Acionistas Presentes: Akaer Participações S.A. (por Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva) e FG Empreendimentos e Participações Ltda. (por Francilio Graciano). Esta é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. São José dos Campos-SP, 22 de agosto de 2025. Mesa: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva – Presidente; Juliana Santos Araújo – Secretária. Acionistas: **Akaer Participações S.A.** (Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva); **FG Empreendimentos e Participações Ltda.** (Francilio Graciano). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 306.994/25-2 em 03/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

High Glass Solution Importação e Exportação S.A.
CNPJ/MF nº 00.935.966/0001-10 – NIRE 3530057384-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/08/2025

1. **Data, Hora e Local:** Em 21/08/2025, às 10hs, na sede social da High Glass Solution Importação e Exportação S.A. ("Companhia"), em Jarinu/SP. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"), em decorrência da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Lincoln Borges Reis; Secretário: José Edson Barbosa da Silva. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração da denominação social da empresa **High Glass Solution Importação e Exportação S.A.** CNPJ/MF nº 00.935.966/0001-10, Estrada Alberto Tofanin, S/N, complemento 18, 19 e 20, Bairro do Pinhal, Cida de Jarinu/SP, CEP 13242-630 – Edifício Imbuia – Condomínio Empresarial Espaço Gaia Terra, para **Opera Glass S.A.** 5. **Deliberações:** Após leitura, análise e discussão dos itens constantes da ordem do dia, os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a alteração da denominação social da Companhia, que passará a adotar a designação **Opera Glass S.A.**, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada. Jarinu, 21/08/2025. JUCESP nº 308.511/25-6 em 04/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

ICP
Brasil

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal